



## PROJETO DE LEI Nº 012 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE BALSAS	
CONSIDERADO OBJETO DE DELIBERAÇÃO	
DESPACHADO AS COMISSÕES DE:	
<input type="checkbox"/>	Assessoria Jurídica
<input checked="" type="checkbox"/>	Legislação, Justiça e Redação
<input type="checkbox"/>	Finanças e Orçamento
<input type="checkbox"/>	Defesa do Consumidor
<input type="checkbox"/>	Educação Saúde e Assistência Social
<input type="checkbox"/>	Terras, Obras Serviços Públicos
Plenário Domingos Holanda 07/02/2025	
Presidência	

**“INSTITUI A CONTRATAÇÃO DE JOVEM APRENDIZ NAS EMPRESAS QUE PRESTEM SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO À PREFEITURA DE BALSAS, E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

O Vereador que este subscreve no uso de suas atribuições legais e observadas as demais disposições Regimentais Internas, submete a apreciação e deliberação do Colendo Plenário desta Casa de leis, Requerendo maior Urgência e Dispensa dos Prazos, o seguinte Projeto.

**Art. 1º** - As empresas que prestam serviços terceirizados à Prefeitura de Balsas, abrangendo a administração direta e indireta, incluindo autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações, ficam obrigadas a contratar adolescentes e jovens deste município.

**Art. 2º** – O percentual dessas contratações não poderá ser inferior a 15% (quinze por cento), sendo considerado percentual superior sempre que houver dígito decimal acima ou igual a 05 (cinco), do montante de funcionários da empresa.

**Parágrafo Único** - No caso da empresa terceirizada possuir no seu quadro funcional quantidade inferior a dez e mais de cinco funcionários, a referida empresa deverá empregar no mínimo um jovem aprendiz para atender o disposto no caput supracitado.

**Art. 3º** - Aprendiz é o maior de 14 (quatorze) anos e menor de 24 (vinte e quatro) anos, que celebra contrato de aprendizagem nos termos do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

**Parágrafo Único** - O trabalho do menor não poderá ser realizado em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social e em horários e locais que permitam a frequência à escola.

**Art. 4º** - Para ocupação dessas vagas disponíveis o jovem aprendiz deverá atender às seguintes condições:

I - Ter idade maior ou igual a 14 (quatorze anos) e menor ou igual a 24 (vinte e quatro anos);

II - Matrícula e frequência do aprendiz à escola na rede pública municipal ou estadual (regular e supletivo ou especial), ou bolsista integral da rede privada, caso não haja concluído o ensino fundamental, e/ou inscrição em programa de aprendizagem;



III - Não manter qualquer tipo de vínculo empregatício ou de prestação de serviço formal;

IV - Comprovar ser residente no Município.

**Art. 5º** - Havendo necessidade de mão de obra especializada, a empresa contratada poderá exigir do beneficiado certificado de qualificação devida à função, sem prejuízo para o cumprimento desta Lei.

**Art. 6º** - O contrato de aprendizagem extinguir-se-á no seu termo ou quando o aprendiz completar 24 (vinte e quatro) anos, ou ainda, antecipadamente, nas seguintes hipóteses:

I - Desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz;

II – Falta disciplinar grave;

III – Ausência injustificada à escola que implique perda do ano letivo;

IV - A pedido do menor aprendiz.

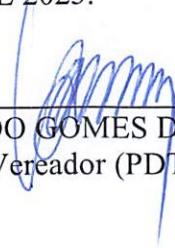
**Art. 7º** - As férias do aprendiz devem coincidir, preferencialmente, com as férias escolares.

**Art. 8º** - A fiscalização e monitoramento do disposto nesta Lei competirá ao órgão que contratou a empresa terceirizada ou outro estabelecido pelo Poder Executivo Municipal.

**Art. 9º** - O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber.

**Art. 10º** - Esta Lei entra em vigor 90 (noventa) dias após sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BALSAS, DOMINGOS  
HOLANDA, 20 DE FEVEREIRO DE 2025.

  
\_\_\_\_\_  
ARNALDO GOMES DE SOUSA  
Vereador (PDT)



## JUSTIFICAÇÃO AO PROJETO DE LEI Nº 012





O presente projeto de lei tem como objetivo ampliar as oportunidades de inserção dos jovens no mercado de trabalho, garantindo que empresas terceirizadas que prestam serviço à Prefeitura também sejam obrigadas a contratar aprendizes, nos termos da Lei da Aprendizagem (Lei nº 10.097/2000) e atualização pelo Decreto 11.479/2023.

Atualmente, a legislação federal estabelece que empresas de médio e grande porte devem contratar um percentual de jovens aprendizes, proporcionando capacitação profissional e experiência prática. No entanto, muitas empresas terceirizadas que prestam serviços à administração pública não cumprem essa obrigação, seja por falta de fiscalização ou pela ausência de exigências específicas nos contratos firmados com o poder público.

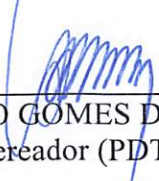
A inclusão da exigência de contratação de aprendizes nos contratos com empresas terceirizadas ampliará significativamente o alcance do programa de aprendizagem, beneficiando jovens em situação de vulnerabilidade social e promovendo a qualificação profissional dentro de setores estratégicos da economia local.

Além do impacto social positivo, a medida contribuirá para o desenvolvimento econômico e a redução da taxa de desemprego juvenil, garantindo que mais jovens tenham acesso à capacitação profissional aliada à experiência prática, essencial para sua futura inserção no mercado de trabalho.

Dessa forma, a aprovação deste projeto de lei representa um avanço na política pública municipal de incentivo à formação e empregabilidade dos jovens, alinhando-se às diretrizes nacionais de inclusão produtiva e combate à exclusão social.

Por considerarmos esta medida socialmente justa e relevante, rogamos aos nobres pares apoio para a sua aprovação.

PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BALSAS, DOMINGOS  
HOLANDA, 20 DE FEVEREIRO DE 2025.

  
\_\_\_\_\_  
ARNALDO GOMES DE SOUSA  
Vereador (PDT)

